

# PANORAMA EUA

VOL. 17, Nº 3, MARÇO 2026

*Venezuela pós-Maduro: intervenção, tutela e riscos  
de desestabilização na América do Sul*



OBSERVATÓRIO POLÍTICO  
DOS ESTADOS UNIDOS



INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS  
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS  
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE  
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES  
ON THE UNITED STATES



## **PANORAMA EUA**

OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS  
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS – INCT-INEU

ISSN 2317-7977

VOL. 17, Nº 3, MARÇO 2026

## **CORPO EDITORIAL**

**DIRETOR:** Sebastião Velasco e Cruz

**EDITORA:** Tatiana Teixeira

[www.opecu.org.br](http://www.opecu.org.br)

## Venezuela pós-Maduro: intervenção, tutela e riscos de desestabilização na América do Sul

*Por Victor Cabral<sup>1</sup>*

A Venezuela vive um momento crítico. A prisão, ou sequestro, de Nicolás Maduro e sua esposa Cilia Flores por uma operação militar estadunidense representou uma mudança abrupta na liderança do regime chavista, mas não o fim dele, pelo menos não agora. Delcy Rodríguez assumiu o poder, com apoio dos militares, do Judiciário e, ao que tudo indica, do próprio filho de Maduro, empossado como deputado em 5 de janeiro. Porém, ela segue no poder com tutela externa da Casa Branca. Quando Trump decidir que ela não serve mais para os seus interesses, Delcy provavelmente cairá. Porém, até o momento, a presidenta interina e a estrutura do poder chavista permanecem no poder, pois Trump considera que eles conseguem gerir o país, sem que a Venezuela entre em caos social e possa entregar seu petróleo aos Estados Unidos.

Trump deslocou o porta-aviões “Gerald R. Ford” e sua força de ataque para o Caribe entre outubro e novembro de 2025, posicionando militarmente os Estados Unidos próximos à Venezuela. Repetidas ameaças de intervenção foram feitas por Trump e indícios de negociações de Maduro com os Estados Unidos para uma saída negociada foram noticiados. Porém, Maduro teria irritado Trump com suas danças na televisão e redes sociais e ironias sobre eventuais ataques, eliminando suas chances de uma saída do poder lenta e gradual.

Na madrugada de 3 de janeiro de 2026, forças de elite estadunidenses invadiram o Forte Tiuna, complexo militar em Caracas, e sequestraram Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores. A ação é tratada como sequestro por se tratar de uma ação proibida pelo direito internacional. Chefes de Estado possuem imunidade diplomática. O casal Maduro foi retirado da Venezuela sob o argumento de encabeçarem uma organização narcoterrorista, o Cartel de los Soles. Argumentava-se que Maduro financiou organizações terroristas com a venda de cocaína, especialmente para o mercado consumidor estadunidense. Mais de 100 venezuelanos e cubanos, entre soldados e civis, teriam sido mortos na ofensiva trumpista, enquanto nenhum soldado estadunidense teria sido ferido. Dois dias após a prisão do casal, em audiência de custódia em Nova York, a acusação mudou para corrupção, e o Cartel de los Soles deixou de ser citado, demonstrando que ele foi uma farsa narrativa para servir de pretexto para derrubar um ditador sob um verniz de legalidade.

### **Governo Rodríguez: continuidade do chavismo, mas sob tutela estadunidense**

O isolamento diplomático de Maduro era visível há alguns anos, conforme os governos foram percebendo a crise estrutural que estava e segue vigente no país. Com a visível fraude das eleições de 2024, com dados de votação não disponibilizados integralmente e com alguns deles publicizados com repetições de padrões numéricos e somas supe-

---

<sup>1</sup> Victor Cabral é doutorando em Relações Internacionais e Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É pesquisador colaborador no Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU) na área de América Latina e foi pesquisador e analista de Américas do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (*Boletim Geocorrente*-NAC/EGN). Pesquisa sobre migrações climáticas na América Latina; controle e externalização de fronteiras dos Estados Unidos; e extrema-direita na América Latina. Contato, currículo e publicações: <https://linktr.ee/thevictorcabral>.

riores a 100%, figuras da esquerda latino-americana, como os presidentes da Colômbia e do Brasil, Lula da Silva, que o toleravam, abandonaram-no. Maduro não seguiu o Acordo de Barbados e sustentou uma fraude eleitoral. Para o contexto democrático latino-americano, a proximidade de figuras de esquerda a Maduro era radioativa e atraía ataques eleitorais gratuitos. Essa percepção pode ser ampliada para proximidades com Cuba e Nicarágua. Sua queda não levou o regime chavista junto, pois esse está enraizado na estrutura de poder venezuelana, com as Forças Armadas controlando a PDVSA, a estatal petroleira.

Rodríguez poderá governar por 90 dias, prorrogáveis pela Assembleia Nacional, presidida pelo seu irmão e ex-vice-presidente de Hugo Chávez, Jorge Rodríguez. A posse de Delcy se deu pelo artigo 234 da Constituição venezuelana, que trata do vice assumir a presidência na ausência temporária do Chefe de Estado, por decisão da Suprema Corte venezuelana. Se a sua posse tivesse sido pelo artigo 233, que trata do afastamento permanente, eleições deveriam ser convocadas em 30 dias. Como esse não foi o caso, Delcy Rodríguez governará a Venezuela indefinidamente, com apoio militar, jurídico e tutelada pelos Estados Unidos. Caberá à Assembleia Nacional decidir, após a primeira prorrogação da presidência interina, se houve afastamento permanente de Maduro e, com isso, convocação de eleições presidenciais para a conclusão do mandato. A família Rodríguez é influente no chavismo e tem histórica importância no socialismo venezuelano, pois seu pai, Jorge Antonio Rodríguez, guerrilheiro e sequestrador de um empresário estadunidense, foi assassinado pelo governo, alinhado com o Plano Condor dos Estados Unidos, de intervenção na América Latina na luta contra o comunismo.

Se o governo Trump não reconhecia Maduro como o legítimo presidente da Venezuela, por qual razão aceitar “governar” o país a partir da sua vice? A CIA identificou que a oposição venezuelana, encabeçada por Maria Corina Machado e Edmundo González, seria incapaz de subordinar as Forças Armadas ao seu comando e manter a estabilidade social. A avaliação da CIA, concorde-se ou não com o regime chavista, está correta. O chavismo reformou ideologicamente as Forças Armadas e trouxe-as para o poder estatal, inclusive com a nomeação de militares para elevados postos governamentais e na PDVSA, a empresa estatal venezuelana. Com ou sem Maduro, os militares venezuelanos se transformaram nos garantidores do poder no país e quem tem o reconhecimento deles consegue governar, e essa pessoa é Delcy Rodríguez, ferrenha liderança chavista, que segue com a gestão repressiva de seus antecessores. Ademais, seguem na alta cúpula do governo Diosdado Cabello, ministro do Interior, e Vladimir Padrino, ministro da Defesa, figuras históricas do chavismo e consolidadores do autoritarismo de Maduro.

Marco Rubio, secretário de Estado, indica que seu país possui um plano detalhado em múltiplas etapas para gerir a nação sul-americana. Inclusive, parte do plano inclui a libertação de presos políticos da oposição chavista, que começou a ocorrer em 8 de janeiro, com o governo venezuelano classificando a medida como um gesto de paz. Trump, nas suas redes sociais, em 9 de janeiro, indicou que a libertação de presos políticos era uma ação inteligente do governo Rodríguez e que, por conta disso, cancelaria uma segunda onda de ataques à Venezuela, mas manterá sua esquadra no Mar do Caribe por segurança. Todavia, lideranças de oposição, jornalistas e outras centenas de pessoas seguem detidas, já que o governo venezuelano realizou poucas libertações. No Senado estadunidense, republicanos e democratas aprovaram uma medida que impede Trump de realizar novas incursões militares na Venezuela. A legislação tem caráter simbólico, pois se Trump não respeita o direito internacional, também não respeitará leis nacionais para realizar seus desejos. Ou seja, Rodríguez seguirá como presidenta da Venezuela, a primeira da história, até que Trump decida que ela não poderá mais manter-se no cargo.

## Objetivos estratégicos e econômicos dos Estados Unidos

A intervenção de Trump na Venezuela visa o controle da produção e da venda do petróleo do país. A Venezuela possui as maiores reservas comprovadas de petróleo da humanidade, do tipo bruto e pesado, útil para a produção industrial estadunidense e de diesel, além de ser a especialidade de refinarias no Texas, Louisiana e Califórnia. Os Estados Unidos mantêm, até a publicação deste artigo<sup>2</sup>, embargos sob o petróleo venezuelano e determinaram que o país venderá para os Estados Unidos de 30 a 50 milhões de barris de petróleo a preço de mercado. Cotado abaixo de 58 dólares, a negociação pode render de US\$ 1,7 a 2,9 bilhões. Não há prazo para a intervenção acabar no país, pois, segundo Trump, os estadunidenses governarão a Venezuela, com Marco Rubio sendo o novo “vice-rei” do país, abaixo de sua majestade, Donald J. Trump.

Insatisfeitos com o fato de Trump não ter avisado o Congresso estadunidense de que atacaria a Venezuela, senadores democratas iniciaram investigações para confirmarem se as principais petrolíferas do país estavam cientes do ataque. Segundo o *The New York Times*, as empresas questionadas foram: Baker Hughes, BP America Inc., Chevron, Citgo Petroleum, Conoco Phillips, Continental Resources, Exxon Mobil, Halliburton, Shell, SLB e Weatherford International. Essa medida ocorreu por Trump afirmar que conversou com petroleiras antes e depois do ataque, devido aos interesses delas em possíveis investimentos no país.

Um dos argumentos de Trump em relação ao petróleo encontra coro entre as petroleiras: há um ressentimento por disputas com o regime chavista nos anos 2000 que promoveram a saída de petroleiras, permanecendo somente a Chevron, e os empresários consideram haver uma dívida bilionária do país com eles. As petroleiras até devem voltar a investir na Venezuela, mas exigem o pagamento de dezenas de bilhões de dólares em supostas dívidas para regressarem à nação sul-americana. De toda forma, Trump parece querer controlar o valor do petróleo, reduzindo-o para US\$ 50, utilizando as reservas venezuelanas como ferramenta para tirar do poder da OPEP o controle sobre a oferta e o preço do petróleo em todo o mundo. Porém, as grandes petroleiras estadunidenses receiam retornar à Venezuela por considerar elevados os custos de reforma e os riscos de terem seus ativos capturados pelo chavismo novamente.

Surpreendentemente, buscar ainda mais petróleo para queimar é terrível para a humanidade. Vivemos uma crise climática na qual nunca emitimos tantos gases poluentes quanto em 2025. Investir em mais combustíveis fósseis é o mesmo que dizer para uma geração de jovens, inclusive eleitores da extrema-direita, que nosso futuro é perecer sob uma crise anunciada e da qual os líderes das maiores economias globais pouco fazem para contê-la ou, no caso de Trump, agem para piorá-la. O projeto de enriquecimento no curto e médio prazos de algumas dezenas de empresários do petróleo que não viverão mais muito tempo é pago com nossas vidas, muito mais valiosas que os bilhões de dólares necessários para reformar a estrutura petroleira venezuelana.

## Violações ao Direito Internacional e a crise da Ordem Internacional Liberal

A ação dos Estados Unidos viola claramente o direito internacional. Na Carta da ONU, um dos principais instrumentos jurídicos pós-Segunda Guerra Mundial, o artigo 4 proíbe “o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado”. A exceção é se o Conselho de Segurança autorizar o ataque ou situações de legítima defesa imediata. Cinco países são membros permanentes do Conselho de Segu-

---

<sup>2</sup> Artigo enviado em 10 de janeiro de 2026.

rança com poder de veto: Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França. Esses países deveriam garantir a vigência das normas internacionais e não as quebrar.

No caso da Venezuela, a intervenção não foi autorizada pelo Conselho de Segurança e nem foi um caso de legítima defesa imediata, tanto que a própria ONU reconheceu a violação da lei internacional e disse que torna o mundo menos seguro. A Carta da ONU é um documento histórico que faz com que a guerra deixe de ser o centro da política internacional, com os países renunciando à violência em nome de uma nova ordem jurídica internacional, frontalmente ameaçada por Trump. A partir de agora, devemos considerar que o uso da força muda a forma como a ordem internacional liberal foi construída. Um mundo no qual as regras podem ser ignoradas e que os mais fortes podem fazer o que bem entendem é um perigo para toda a humanidade.

O secretário-geral António Guterres disse estar profundamente preocupado com o desrespeito às normas do direito internacional e alertou que os eventos constituem “um precedente perigoso” para a ordem internacional. E ele não está errado sobre isso. A intervenção na Venezuela sem autorização do Conselho de Segurança, sem base na legítima defesa imediata, enfraquece a proibição do uso da força, construída arduamente pelo nível de destruição e violência da Segunda Guerra Mundial, possibilitando que outras potências usem justificativas similares para intervir em outros países. Isso pode significar que, nesse novo contexto de esferas de influência regionais, a Rússia se veja incentivada a manter a guerra na Ucrânia e talvez partir para a ocupação total e a China invadir Taiwan.

Até os anos 1990, os Estados aceitavam a guerra em situações de ataques de outros Estados, mas com as invasões dos Estados Unidos na guerra ao terror como resposta ao 11/09, os Estados Unidos passaram a alegar o direito de se defender contra grupos não estatais que representavam ameaças. Isso abriu precedentes para outros Estados usarem força unilateral no direito internacional para respaldar ataques e, com isso, vimos o aumento de conflitos pelo mundo. Porém, ainda que a acusação contra Maduro tivesse permanecido como narcotráfico e que mudou para corrupção, o tráfico de drogas não é um ataque armado aos Estados Unidos para ser aplicado o direito à legítima defesa. A única resposta que o direito internacional permitiria dar a situações como essa seriam sanções econômicas e diplomáticas. Por Trump considerar na Estratégia de Segurança Nacional que o hemisfério Ocidental, representado pelo continente americano, é vital para a sua segurança, podemos dizer que nosso continente é o alvo da hegemonia regional estadunidense. Essa ameaça se estende à Europa, que os Estados Unidos consideram ser vital para o país.

O Conselho de Segurança é o único órgão da ONU que tem poder real nas mãos, já que as decisões da Assembleia Geral são recomendações, sem força e nem obrigatoriedade dos Estados-membros de seguirem. Já no Conselho, decisões precisam ser cumpridas, desde que não sejam vetadas por um dos cinco membros permanentes. Qualquer resolução que o Conselho tomar contra os Estados Unidos pode e será vetada pelos Estados Unidos, que possuem poder de veto em situações que envolvem eles mesmos, assim como a Rússia veta resoluções referentes ao conflito com a Ucrânia. O fato de um único país poder vetar sozinho toda e qualquer decisão paralisa o Conselho, limitando-o à troca de acusações, sem que nenhuma solução seja dada. Por isso, a importância da reforma do Conselho, com ampliação dos membros permanentes para incluir o Sul Global, especialmente o Brasil e alterar a política de que um país pode vetar toda uma resolução.

A ONU está como observadora crítica e como refém desse jogo de poder. O enfraquecimento da ONU não é culpa dela, é um projeto, principalmente dos Estados Unidos, de destruição do multilateralismo. Os Estados Unidos não querem que outros países tenham po-

der no sistema internacional, eles precisam investir no caos e na destruição para se vencerem de que ainda podem continuar sendo a superpotência hegemônica, o que eles não são mais. Dificilmente a ONU conseguirá mediar o conflito por ser um ataque unilateral e sem permissão do Conselho de Segurança, que fica congelado com vetos dos Estados Unidos. Ela pode emitir declarações condenando o ataque, a violação de soberania, mas não tem instrumentos jurídicos, econômicos ou militares realmente efetivos de combater o maior financiador dela, que são os Estados Unidos. Com isso, a ONU se mantém como um palco de disputa retórica, com as ações decisivas acontecendo em Washington ou nas relações bilaterais dos Estados Unidos com os demais países.

Durante décadas, os Estados Unidos interviram, direta ou indiretamente, em diversas localidades do mundo com discursos civilizatórios, de promoção da democracia, de busca por armas de destruição em massa, combate ao terrorismo, etc. Muitas das vezes, ficamos sabendo dos reais interesses de Washington quando, décadas depois, os documentos secretos são desclassificados e conseguimos confirmar se as teorias conspiratórias sobre as ações estadunidenses eram verídicas ou não. Com Trump, especialmente no segundo governo, parece existir uma vontade de agir como os Estados Unidos sempre agiram, mas sem o manto da hipocrisia. Trump quer ter feitos quantificáveis nas mãos para entrar na história, para ter estátuas dele e prédios com o seu nome em todo o mundo. Falando abertamente sobre o que deseja, dá sinais de que pretende intervir, que quer que os países façam a sua vontade e, quando age, confirma publicamente seus interesses.

Na questão venezuelana, os Departamentos de Estado e de Justiça dos Estados Unidos passaram meses acusando o Maduro de financiar organizações terroristas com seu petróleo e de produzir e transportar drogas pelo Atlântico até os Estados Unidos com uma organização estatal, que seria o Cartel de los Soles. Dois dias após a prisão ou sequestro dele, a acusação no tribunal de Nova York mudou, deixando de ser sobre Maduro liderar uma organização narcotraficante. Enquanto a hipocrisia da política externa dos Estados Unidos estava vigente, era vendida a ideia de que o direito internacional deveria ser seguido, que a força bruta não era o único meio de solução de controvérsias. Isso se perdeu com o pronunciamento de Trump em Mar-a-Lago horas depois da captura de Maduro, inaugurando uma fase da política internacional, que passa a ser mobilizada para fins de política interna dos Estados Unidos.

A estratégia dos Estados Unidos em dizer que era combate ao narcotráfico permite mobilizar um aspecto de segurança nacional, de impedir que as drogas cheguem aos Estados Unidos, e fez com que o governo usasse a nova Estratégia de Segurança Nacional, que diz que a América Latina é prioridade absoluta. Como os Estados Unidos pretendem administrar a Venezuela, ainda que não saibamos como, mas que vão controlar as reservas de petróleo, começa a valer a nova postura intervencionista que vem sendo chamada de “Doutrina Donroe”, sendo a versão de Donald Trump para a doutrina Monroe, que definia que a América era dos americanos.

### **A divisão da América Latina nas reações à intervenção**

As reações da América Latina foram divididas, seja nos campos retóricos, ideológicos, e isso impactou a ação coletiva, diminuindo o poder de negociação perante os Estados Unidos e outros atores globais que nos ameacem. Os países que condenaram a ação dos Estados Unidos são os que historicamente defendem a não-intervenção e a soberania nacional, como Brasil, Colômbia, México e Cuba. Esses países entendem que as ações dos Estados Unidos são um retrocesso da estabilidade regional que tínhamos e entendem que podem ser os próximos alvos. O presidente chileno Gabriel Boric, apesar das suas críticas

anteriores às violações de direitos humanos de Maduro, condenou a ação dos Estados Unidos como uma violação de “um pilar essencial do direito internacional”.

Na reunião da CELAC, convocada de emergência, não houve consenso sobre a resposta ao ataque à soberania venezuelana, demonstrando que a polarização ideológica está presente nela e que essa não possui condições de responder à maior crise de segurança hemisférica em mais de 35 anos. Não seria uma surpresa se os Estados Unidos investissem amplamente, a partir dos governos de direita latino-americanos, nas divisões internas na CELAC e até mesmo na OEA para enfraquecer quaisquer possibilidades de formação de coalizões que confrontem Washington. Esse fracasso de consenso na CELAC mostra que, mesmo ela sendo um fórum de diálogo político sem os Estados Unidos e o Canadá, não funciona de maneira eficaz quando os Estados-membros possuem visões de segurança e de alinhamento ideológico com Washington.

A ação dos Estados Unidos escancarou que o tempo em que lutamos pela nossa autonomia acabou e que, se quisermos continuar a investir em diversificação de parceiros extrarregionais, precisaremos de melhores acordos financeiros, tecnológicos e militares para sustentarmos nossa soberania. Essa intervenção também mostrou que os parceiros internacionais podem nos abandonar, o que, em um cenário de polarização ideológica regional, mostra que nossa autonomia é limitada. Ainda que diversos países tenham condenado a intervenção dos Estados Unidos, nenhum tomou medidas diplomáticas mais severas, como retirar embaixadores, romper relações com Washington ou apoiar militarmente a Venezuela. Mostramos, enquanto região, que sabemos escrever notas de repúdio, mas que não temos capacidade de resistência coletiva e isso é um prato cheio para os Estados Unidos, famintos para nos controlar.

O sequestro de Maduro reforçou a falta que a UNASUL faz na nossa região. Nela, existia o Conselho de Defesa Sul-Americano, órgão criado para lidar com temas de segurança em toda a América do Sul, como tráfico de drogas, crime organizado, disputas militares e questões de violência. Para uma região desacostumada a guerras, ainda que violenta, a ação de Trump contra Maduro provavelmente poderia ter sido discutida no único órgão regional sul-americano plenamente capaz de debatê-lo e pensar em respostas e alternativas para a crise na Venezuela. A ação dos Estados Unidos é sintoma da crise do império, que percebe que está se desfazendo e ataca para ter meios de resistir. Essa é uma chance de resistência de blocos regionais e o Brasil tem condições de liderar esse movimento na América Latina. O desafio vai ser se esquivar das armadilhas que provavelmente serão armadas, como intrigas entre países latino-americanos que surgem repentinamente e que podem ser “intrigas por procuração” dos Estados Unidos.

### **Impactos para o Brasil e a América do Sul**

O Brasil adotou uma postura de crítica à ação dos Estados Unidos, mas sem citar nas notas diplomáticas o nome de Maduro, de Trump, evitando ataques, demonstrando limites por entender que não temos tantas condições de nos impor. Lula classificou os ataques como uma “afronta gravíssima à soberania” e “um precedente extremamente perigoso”. Para o Brasil, para além de rejeitar a agressão militar a um país latino-americano, é interessante que o Brasil evite o confronto direto com os Estados Unidos. Seja devido às tarifas impostas em 2025, sanções a figuras influentes do Estado ou por sermos um alvo em 2026 devido às eleições presidenciais, legislativas e estaduais. O Project 2025 é claro: os Estados Unidos não têm interesse em governos de esquerda na América Latina e pretendem investir na derrubada deles, seja com think tanks, projetos educacionais, influência midiática ou ataques militares estratégicos.

A intervenção na Venezuela foi um recado claro para o Brasil, México, Colômbia e Cuba: de que os governos à esquerda precisam cair e os Estados Unidos estão dispostos a isso. Em ano de eleição, com uma ameaça militar desse tipo próxima a gente, todo e qualquer cuidado em posturas diplomáticas deve ser tomado, ainda que a contragosto de uma parcela do eleitorado. Esse é um desafio para a nossa política externa, pois veremos o reforço da polarização entre a autonomia latino-americana e o alinhamento com os Estados Unidos. Temos uma tradição de defender a não-intervenção, a autodeterminação dos povos, o multilateralismo e o direito internacional. A ação do Trump, comemorada por alguns governos latino-americanos, demonstra interesse no alinhamento irrestrito aos Estados Unidos. Como os Estados Unidos defendem abertamente que este hemisfério onde vivemos pertence a eles, a ideia de sermos dominados é reforçada. Provavelmente devemos ver um reforço da busca por parceiros extrarregionais, como a China, e o anúncio da aprovação do acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia. Devemos investir em alternativas econômicas, energéticas e militares, pois os Estados Unidos estão dispostos a tudo.

A América do Sul pode ser afetada de múltiplas formas. Pelo campo humanitário, podemos ver o aumento do fluxo de refugiados venezuelanos, que fugirão do país provavelmente ainda mais empobrecido, pois não há garantias de que Trump realmente pagará à Venezuela pelo petróleo extraído. Se Trump não derrubar as sanções, não fizer investimentos e não permitir que uma parte do dinheiro do petróleo vendido volte para o povo, a crise humanitária piorará. Com o aumento do fluxo de refugiados, veremos a necessidade de mais agentes na fronteira, ampliação da Operação Acolhida em Roraima e de respostas dos serviços de saúde para conter riscos de epidemias pela falta de acesso da população venezuelana a vacinas e tratamentos de saúde.

A presença naval dos Estados Unidos no Caribe e a possível instabilidade na Venezuela forçam o Brasil a deslocar recursos de defesa para a Amazônia e para o controle das fronteiras, impactando nas agendas de preservação da Amazônia. Além disso, há uma histórica preocupação de militares brasileiros sobre a presença de estrangeiros na Amazônia e essa proximidade militar dos Estados Unidos com a região pode acender alerta nas nossas forças armadas. A Amazônia é rica em minerais estratégicos, como bauxita, cobre, nióbio, manganês, tântalo e terras raras, úteis para a produção de ímãs resistentes e estruturas de tecnologia para a transição energética. Soma-se aos minerais a biodiversidade amazônica, de interesse farmacêutico, o Sistema Aquífero Grande Amazônia, vital para o contexto de mudanças climáticas e riscos para o abastecimento de água doce para a população global. Esses elementos são de interesse dos Estados Unidos e precisamos ficar atentos a qualquer discurso de internacionalização da Amazônia, de descrédito do Brasil e de nossos vizinhos em protegê-la, porque pode ser uma articulação estadunidense para cercear a soberania sul-americana da Amazônia. Ainda que pareça teoria da conspiração, o Brasil é um país riquíssimo e termos um possível governo dos Estados Unidos sob um país vizinho é um risco à nossa segurança e soberania.

Quanto à segurança regional, o cenário pode ser de complexificação. Dificilmente teremos um conflito militar entre forças armadas na América do Sul, mas podemos continuar com agressões bélicas entre grupos criminosos e guerrilhas com forças de segurança. Nos últimos anos, tivemos conflitos na fronteira Colômbia-Venezuela, especialmente por conta da disputa territorial entre narcotraficantes que promoveu um êxodo da população. Maduro foi acusado reiteradas vezes por governos colombianos anteriores a Petro de apoiar guerrilhas colombianas, gerando problemas diplomáticos entre os países. Ainda é muito incerto saber como a gestão interina da Delcy Rodríguez lidará com essa questão, mas a Colômbia pode pressionar por mais segurança fronteiriça. Se a direita vencer nas

eleições desse ano e caso ocorram eleições na Venezuela e a oposição ao chavismo vença, com certeza essa será uma pauta importante nas relações bilaterais.

A instabilidade na Venezuela impacta a Colômbia com o reforço do fluxo do tráfico de drogas, de presença de grupos armados que utilizam a Venezuela como um local seguro para permanecerem e ataquem na Colômbia. Caso Rodríguez siga com as determinações de Trump e atue contra grupos armados, podemos ver a fuga de guerrilheiros que usam a Venezuela como santuário para a Colômbia, ampliando a violência interna no país, um risco para um ano eleitoral. Isso se dá pelo Exército de Libertação Nacional [da Colômbia] operar na Venezuela como uma força paramilitar e que apoiava Maduro e seu regime. O exército venezuelano demonstrou capacidade limitada de combater essa guerrilha, o que sugere apoio do regime ao grupo.

Os Estados Unidos pressionam Rodríguez para expulsar diplomatas da China, Rússia, Cuba e Irã para se firmarem como a única nação estrangeira com poder de influência no país e afastar rivais geopolíticos. Se o governo venezuelano seguir com a medida e o petróleo do país seguir bloqueado para os Estados Unidos, Cuba será uma das nações mais afetadas. A última grande remanescente do poder de influência dos hidrocarbonetos venezuelanos, a ilha caribenha dependerá de poucas remessas de petróleo do México, que prometeu não enviar mais. A frágil economia cubana, severamente impactada pelo embargo estadunidense que dura décadas e é rejeitado pela comunidade internacional, poderá ruir, causando uma crise sem precedentes no país. Não será uma surpresa uma crise em Cuba e investimentos na derrubada do regime por parte do governo Trump, tendo em vista que Marco Rubio é um notório hater do regime cubano, especialmente por seus pais terem fugido do país com a ditadura de Fidel Castro. O problema de Trump é que derrubar uma ditadura de esquerda não significa melhoria na economia do país para reduzir motivações migratórias e podemos ver o aumento de fluxos emigratórios de cubanos, inclusive para os Estados Unidos, caso a economia colapse e o governo caia.

### **Considerações finais**

Popularmente dizemos que o roteirista da América Latina não brinca em serviço. Logo, não podemos desconsiderar que os Estados Unidos podem ter entrado em um atoleiro ao intervir na Venezuela.

Primeiro, se os militares se revoltarem contra a intervenção e o governo dos irmãos Rodríguez, o país pode entrar em um severo conflito armado interno. O chavismo investiu na militarização do país, com o treinamento de milícias paramilitares, e isso não pode ser esquecido. Controlar essas forças requer mais do que habilidade política e apoio externo, mas influência interna e poder de construção de alianças. Na primeira semana pós-Maduro, esse cenário parece inviável.

Segundo, a Venezuela pode ter as maiores reservas de petróleo do mundo, mas produz muito pouco. Seja devido à gestão corrupta dos militares venezuelanos na PDVSA, aos embargos estadunidenses e ao desinvestimento na indústria, retomar a produção custará bilhões de dólares e levará anos. Esse é um problema para a prontidão que Trump anseia, exceto se os planos para o país forem mais complexos e ainda estamos vendo a espuma, sem ter o real panorama do que os estadunidenses querem na América do Sul.

Terceiro, a intervenção militar de Trump pode aproximar a América Latina da China. Provavelmente, Pequim utilizará diplomaticamente o argumento de que os Estados Unidos não são confiáveis e que intromissões na política doméstica podem ser economicamente ruins, enquanto o país asiático é conhecido por não interferir nessa seara.

Resta saber se o Corolário Trump da Doutrina Monroe permitirá que a China continue a ser uma parceira estratégica de nós, latino-americanos, ou se recorrerá às respostas militares para afastar essa potência extrarregional das nossas economias.

\* Este conteúdo não reflete, necessariamente, a opinião do [OPEU](#), ou do [INCT-INEU](#).

\*\* Sobre o OPEU, ou para contribuir com artigos, entrar em contato com a editora do OPEU, Tatiana Teixeira, no *e-mail*: [tatianat19@hotmail.com](mailto:tatianat19@hotmail.com). Sobre as nossas *newsletters*, para atendimento à imprensa, ou outros assuntos, entrar em contato com Tatiana Carlotti, no *e-mail*: [tcarlotti@gmail.com](mailto:tcarlotti@gmail.com).

Siga o [OPEU](#) no [Instagram](#), [Twitter](#), [Linkedin](#) e [Facebook](#)  
e acompanhe nossas postagens diárias.  
Comente, compartilhe, envie sugestões,  
faça parte da nossa comunidade.  
Somos um observatório de pesquisa sobre os EUA,  
com conteúdo semanal e gratuito, sem fins lucrativos.